



## PODER

Otimista com os candidatos às presidências da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, Lula vai liberar ministros com mandato para que voltem ao Parlamento e votem na dupla. Boa relação é essencial para presidente aprovar promessas de campanha

# Eleições no Congresso mobilizam governo

» ISRAEL MEDEIROS

Marcos Oliveira/Agência Senado



Davi Alcolumbre é o grande favorito na eleição e deve reassumir a Presidência do Senado. Na Câmara, o único candidato até o momento é Hugo Motta

O governo Lula está otimista com a eleição para as presidências da Câmara e do Senado, marcadas para 1º de fevereiro. Com perfis diferentes de seus antecessores, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) — cuja eleição é dada como certa — são vistos por integrantes do Executivo como canais para melhorar a relação com o Congresso e aprovar pautas importantes no último ano antes das eleições de 2026.

Para começar a relação de forma positiva, Lula pediu aos ministros de seu governo que foram eleitos para o Legislativo que retornem temporariamente aos mandatos e votem a favor dos dois candidatos. Quem está encarregado de conversar com os titulares das pastas e operacionalizar a ordem do presidente é o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais — ele também tem mandato na Câmara e deve voltar ao Legislativo temporariamente.

Ao todo, há 12 ministros nessa situação. Além de Padilha, André Fufuca (Esporte, deputado federal); Camilo Santana (Educação, senador); Carlos Fávaro (Agricultura, senador); Celso Sabino (Turismo, deputado); Juscelino Filho (Comunicações, deputado); Luiz Marinho (Trabalho, deputado); Marina Silva (Meio Ambiente, deputada); Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário, deputado); Renan Filho (Transportes, senador); Sonia Guajajara (Povos Indígenas, deputada); e Wellington Dias (Desenvolvimento Social, senador).

Uma boa relação com o Legislativo será essencial para que o governo consiga cumprir promessas de campanha, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

No fim de 2024, a relação do Planalto com o Congresso estava desgastada, depois de meses de impasse sobre o pagamento de emendas parlamentares. Os recursos foram bloqueados em agosto pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e só foram liberados

às vésperas da votação dos projetos que compunham o pacote de corte de gastos.

Quando o Congresso entrou em recesso, Dino voltou atrás e bloqueou novamente os recursos. Esse vaivém deixou líderes partidários e o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), desconfiados de que havia um conluio entre o Planalto e o magistrado, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública. A situação agora é outra.

### Candidato na marra

No Senado, Marcos Pontes (PL-SP) também lançou a pré-candidatura, no fim de outubro, sem aval do partido. Ele foi criticado esta semana pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que declarou apoio a Alcolumbre.

Para o cientista político Eduardo Grin, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), há motivos para o governo comemorar tanto na Câmara quanto no Senado. “O estilo faca no pescoço do Lira não é o mesmo do Hugo Motta. Ele não tem nem idade, nem experiência, nem estilo para esse mesmo perfil. Então acho que, nesse sentido, foi uma vitória do governo, por exemplo, ter evitado que Elmar Nascimento (União Brasil-BA), que era o candidato do Lira, fosse vitorioso. Ou seja: o governo conseguiu evitar um mal pior, digamos assim. Elmar Nascimento seria um problema para o governo, porque ele tem mais o estilo do Lira”, avaliou.

Para o especialista, no caso de Alcolumbre, “o governo tem mais razões para ser otimistas do que era com o Pacheco”. “O Pacheco era muito em cima do muro, ele não necessariamente

encaminhava pautas de interesse do governo, ele jogou a bola nas costas do governo, que foi essa (proposta) da dívida dos estados, para atender à sua base eleitoral em Minas Gerais”, avaliou. “E Alcolumbre, que era quase um presidente do Senado paralelamente, presidente da principal comissão, a de Constituição e Justiça, nunca deixou de ter poder, sobretudo no que diz respeito a ser o representante do baixo clero do Senado no tratamento das emendas”, explicou.

### Reforma ministerial

Além dos gestos de boa vontade do governo, outro fator será essencial para a relação com os presidentes e os líderes partidários: a distribuição de cargos. Com a iminência de uma reforma ministerial, o governo trabalha para aumentar a participação

do Centrão na Esplanada. Para isso, partidos de esquerda que compõem o primeiro escalão — incluindo o próprio PT, que tem 11 ministérios — devem perder espaço. O governo atualmente tem ministros de PDT, Pcdob, PSol, Rede, Republicanos, PP, MDB, PSB, União Brasil e PSD.

“A medida que o governo estje de fato disposto a fazer uma reforma que divida poder, o que não é fácil para os governos do PT, as dificuldades com o Congresso podem se ajustar”, ressaltou Grin.

Outra variável que deve mudar para 2025 é a relação do Executivo e do Legislativo no que diz respeito às emendas. Com o STF de olho no cumprimento dos critérios de transparência, há cada vez menos espaço para os líderes partidários negociarem apoio político ao Planalto movimentando grandes volumes de dinheiro sem a devida prestação de contas.

Não adiantará, portanto, pressionar o Executivo.

“O Congresso já se deu conta de que a farra das emendas vai acabar. Não adianta criar problemas na relação com o governo porque o governo é que vai pagar as emendas, é o governo quem indica cargos. Então o Congresso, me parece, vai se ajustar a essa nova realidade”, destacou o especialista. Ele entende que um maior apoio dos partidos — incluindo alguns que já estão no governo — vai depender do sucesso político e econômico de Lula em 2025.

“(Na situação atual), em um governo que está patinando em popularidade, um governo cujo desempenho econômico está longe de ser bom e pode até piorar, o Centrão não vai se abraçar com o Lula desde já. O Centrão vai, como sempre, observar para que lado o vento está soprando para decidir no ano que vem para onde irá”, acrescentou.

# Bancada mira Lewandowski por reuniões com ONG do PCC

» VANILSON OLIVEIRA

A bancada do partido Novo na Câmara apresentou requerimento para convocar o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a comparecer à Casa e esclarecer a participação da ONG Pacto Social e Carcerário de SP em reuniões da pasta. Segundo os parlamentares, há suspeita de envolvimento da entidade com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Conforme os deputados, as atividades da organização levantam questões graves sobre a relação entre o governo federal e grupos criminosos.

O pedido protocolado pelos deputados Adriana Ventura (SP) e Marcel van Hattem (RS) sustenta que a ONG teria participado de discussões com integrantes do Ministério da Justiça, incluindo em eventos públicos, como uma audiência no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — conforme mostrou reportagem do *Estado de S. Paulo*.

Investigações da Polícia Civil de São Paulo apontam que a organização funciona como fachada para atividades do PCC, uma das maiores facções do Brasil, e que alguns de seus dirigentes já foram presos por envolvimento com o crime organizado.

O caso ganhou repercussão após vir à tona que o Ministério da Justiça teria financiado despesas de viagem de uma das líderes da ONG, posteriormente detida por ligações com o PCC. O episódio reacendeu críticas sobre a conduta do órgão e a necessidade de maior rigor no controle de encontros institucionais.

“Desde as eleições, alertamos sobre os vínculos do PT com o crime organizado, enfrentando a censura por expor essa realidade. Agora, com o Ministério da Justiça abrindo suas portas para representantes ligados ao PCC, assim como já havia feito com o Comando Vermelho, nossos alertas se confirmam de forma clara

Lula Marques/Agência Brasil



Parlamentares querem a convocação do ministro da Justiça

e inegável. Não podemos permitir que o Brasil se torne um narcoestado, onde o crime organizado dita as regras. Exigimos

respostas imediatas do governo e rejeitamos qualquer tipo de diálogo com criminosos”, declarou Marcel van Hattem.

Adriana Ventura reforçou as críticas: “É inadmissível que o ministério responsável pela segurança pública receba representantes de organizações ligadas ao crime organizado, especialmente quando há investigações e provas que apontam para essa relação direta”, afirmou a deputada.

Sob a gestão de Flávio Dino, o Ministério da Justiça havia enfrentado acusações similares em 2023, quando foi noticiado que recebeu figuras ligadas a facções em reuniões no Amazonas. À época, o órgão anunciou que implementaria mudanças nos protocolos de segurança para evitar situações semelhantes. Contudo, os deputados do Novo destacam que o episódio atual contradiz as promessas feitas.

“Se as regras foram realmente alteradas, e mesmo assim o ministro recebe faccionados do PCC, presume-se que isso foi

feito com pleno conhecimento. Caso contrário, as mudanças alardeadas em 2023 foram apenas medidas de fachada”, aponta o texto do requerimento.

Os parlamentares defendem que o comparecimento de Lewandowski é essencial para restabelecer a confiança nas instituições públicas e assegurar que o ministério opere dentro dos princípios éticos e legais. “A transparência precisa ser a base das ações do governo. Não é aceitável que reuniões com potenciais criminosos sejam tratadas como normais em um órgão que deveria combatê-los”, argumentou Ventura.

O requerimento será submetido ao plenário e precisa do apoio por maioria simples para ser aprovado. Caso aprovado, Lewandowski será convocado para prestar esclarecimentos. O *Correio* fez contato com o Ministério da Justiça, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.